




ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS
CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA

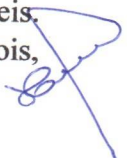
ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 1º PERÍODO DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS-PB, PARA DEBATER SOBRE O “O PROJETO DA LDO – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - EXERCÍCIO 2026”, NO MUNICÍPIO DE PATOS-PB, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2025.

Aos quatro dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco, com início às dezenove horas, em sua sede, localizada na Rua Horácio Nóbrega, nº 600, no Bairro Belo Horizonte, nesta cidade, reuniu-se a Câmara Municipal de Patos, sob a presidência da Vereadora Valtide Paulino Santos, secretariada pelos Vereadores: Marco César Souza Siqueira, 1º Secretário “Ad hoc”, e Rafael Gomes Dantas, 2º Secretário “Ad hoc”. Compareceram a esta audiência os Vereadores e Vereadoras: Brenna Victória Leonardo Ferreira Nóbrega (PSB), David Carneiro Maia (REDE), Decilânio Cândido da Silva (REPUBLICANOS), Emanuel Rodrigues de Oliveira, Francisco Simões de Lucena (REPUBLICANOS), João Batista de Souza Júnior (União Brasil), Jônatas Kaiky de Oliveira Santana (REPUBLICANOS), José Ítalo Gomes Cândido (REPUBLICANOS), Maikon Roberto Minervino (PP), Marco César Souza Siqueira (PSB), Maria de Fátima Medeiros de Maria (REPUBLICANOS), Marilucia de Lira Souza (REPUBLICANOS), Nadigerlane Rodrigues de Carvalho Almeida Guedes (REPUBLICANOS), Rafael Gomes Dantas (União Brasil) e Valtide Paulino Santos (REPUBLICANOS), em um total de 15 (quinze). Participaram desta Audiência: a contadora do Município de Patos, a Senhora Clair Leitão; o contador da Câmara Municipal de Patos, Raniere Dóia; o Secretário da Receita do Município de Patos, o Senhor Marcos Antônio; Joelma Ferreira, responsável também pela contabilidade do nosso município; Ana Cecília, representando a Secretaria Geral da Controladoria do nosso município e Sávio Salvador, Secretário Municipal de Articulação Social e Orçamento Participativo. A Senhora Presidente declarou aberta a Sessão: “Sob a proteção de Deus e de Nossa Senhora da Guia, padroeira de nossa cidade, em nome do povo patoense, declaro iniciado os nossos trabalhos”. Em seguida passou a palavra ao 1º Secretário, que, após cumprimentar a todos, fez leitura do dia: “ESTADO DA PARAÍBA. CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS. CASA JUVENAL LÚCIO DE SOUSA. SOLICITA DA MESA DIRETORA AGENDAR UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 04 DE JUNHO DE 2025, ÀS 19H, PARA DISCUTIR A LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS) DA CIDADE DE PATOS-PB. Na forma regimental, após consultado o Plenário, solicito da mesa diretora agendar uma Audiência Pública no dia 04 de junho de 2025, às 19 h, para discutir a LDO (Lei de Diretrizes orçamentárias), da cidade de Patos-PB. Justificativa: A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), garante que os recursos públicos sejam utilizados de forma responsável, promovendo o equilíbrio fiscal, o desenvolvimento social e econômico, além de assegurar transparência e controle na gestão pública. Dessa forma, a LDO é essencial para orientar as ações do governo, alinhando os interesses da sociedade com as políticas públicas e os investimentos necessários para o bem-estar de todos. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Patos-PB. Casa Juvenal Lúcio de Sousa, em 02 de junho de 2025. VALTIDE PAULINO SANTOS - Presidente/Autora”. Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da

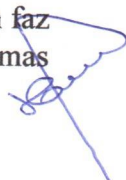
palavra a senhora **Clair Leitão** - Contadora do Município de Patos, que disse: "Boa noite a todos! Cumprimento a Excelentíssima Senhora Presidente Tide Eduardo, a quem saúdo os demais vereadores desta Casa. Cumprimento os convidados, cumprimento minha querida Nadir, a quem tive a honra de ser sua contadora, cumprimento também as pessoas que estão assistindo ao vivo esta sessão e as pessoas da plateia. Estamos aqui, neste momento, cumprindo uma obrigação, mas, apesar de ser uma obrigação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir do artigo 48, que trata das Audiências Públicas para os instrumentos de planejamento, a gente que milita nessa área pública tem que demonstrar a importância desses instrumentos de planejamento na gestão. Uma gestão eficiente, ela não passa a ser eficiente se ela não observa os instrumentos de planejamento. E acompanhados desses instrumentos, a gente também tem que entender que a expressão do controle da transparência deve estar presente em tudo isso. Então, três palavrinhas chaves que não podem ser separadas: planejamento, controle e transparência. E os principais instrumentos de planejamento da gestão se constituem pelo PPA - Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. E hoje nós estamos aqui pra fazer esta Audiência Pública para esclarecer alguns pontos, principalmente da área técnica, sobre a LDO; e falar um pouco da importância desse instrumento de planejamento. A LDO, como bem falou o secretário, prevê os mecanismos para elaboração da Lei Orçamentária Anual de forma que a gente possa prever os riscos, estabelecer as metas e prioridades e fazer um planejamento da Lei Orçamentária Anual. Mas nessa lei de Diretrizes Orçamentária que nós encaminhamos para a Câmara, este ano, tem um pequeno descompasso, que é previsto na legislação. E aqui eu quero explicar aos senhores. A LDO pela Constituição Federal, está previsto no artigo 165 da Constituição Federal, deve ser encaminhada ao Poder Legislativo até quinze de abril. No primeiro ano de mandato o gestor elabora o seu plano plurianual, porém existe um vácuo nesse processo, porque é quase impossível realizar um plano plurianual pra que as metas e as prioridades contemplem a LDO. Então esta LDO é um pouco atípica, apesar de ela trazer valores, a gente tem valores significativos, mas ela não traz em detalhamento as ações nem as despesas de capital para o exercício de dois mil e vinte seis, porque ainda o PPA será elaborado. E a própria Constituição prever também, no artigo 165, que o PPA deve ser entregue até trinta e um de agosto. Então é quase impossível ter as metas estabelecidas, todo aquele estudo antes de enviar a LDO. E a Constituição prever que estes três instrumentos de planejamento: a LDO o PPA e a LOA, eles são compatíveis, e as metas e as prioridades que constam na LDO, devem constar no PPA. Então, essa breve reflexão pra que os senhores possam compreender que nós vamos começar o processo de elaboração do Plano Plurianual, que é elaborado no primeiro ano de gestão. É um instrumento de planejamento de médio prazo, que prever as metas, prioridades, todo o planejamento de execução da receita e da despesa orçamentária para quatro exercícios, que vigora a partir do ano seguinte, que é o ano de dois mil e vinte seis, até dois mil e vinte nove, que pega o primeiro mandato da outra eleição. Este ano, o Prefeito Nabor está trabalhando com as metas e as prioridades que foram elencadas no PPA passado. Apesar de ser uma gestão de continuidade, mas toda gestão tem uma cara nova, toda gestão troca de roupa coloca uma roupa nova. E aí o gestor oferece o seu plano de governo durante a campanha, ele elabora um plano de governo e vai trabalhar junto durante a eleição mostrando os projetos e as propostas que ele pretende executar durante o seu mandato. Então o PPA será construído com base nesse plano de governo que foi apresentado durante a campanha, mas também o PPA será construído ouvindo a sociedade. E a gente tem que ter, quando eu digo a gente é porque eu me considero da gestão, que os senhores



compreendam isso; nós temos que ter essa percepção que a participação popular, a gente ouvir a sociedade e a comunidade é essencial para se fazer um planejamento adequado e ajudar a gestão a estabelecer e as prioridades. Foi apresentado um plano de governo, a população aprovou o plano de governo, porque elegeu o gestor, mas têm ações e projetos que estão no plano de governo que talvez não seja o que a população queira. E eu gosto muito de contar um exemplo que eu vivenciei. Eu fui fazer uma audiência pública numa cidade, e essa audiência foi numa igreja, e eu falando justamente isso que eu estou dizendo aqui, da importância de ouvir a sociedade na elaboração dos instrumentos de planejamento. E quando eu estava falando, uma senhora perguntou se podia fazer uma pergunta, e eu disse: pode, tranquilo. Ela disse: 'a senhora tem muita razão no que a senhora fala, aqui na nossa comunidade o ex-prefeito construiu um ginásio de esportes coberto, colocou lá uma placa que era um convênio', e era um recurso vultoso para construir aquele ginásio de esportes, isso foi numa comunidade, não foi na sede do município, porém, ela chegou a dizer que se ele tivesse escutado aquela comunidade ele não teria construído aquele ginásio, porque é uma comunidade que só habitava pessoas idosas, aquele ginásio de esportes, que era para prática esportiva de adolescentes e de crianças, foi prejudicado porque na comunidade não existiam crianças nem adolescentes, só existiam pessoas idosas. Então foi uma obra que ficou perdida, porque como eles eram idosos, o máximo que eles poderiam ter era uma aula de pilates, mas imaginem dentro de um ginásio esportivo. Então era mais interessante para eles que tivesse construído um centro de convivência de idosos. Isso aqui é só um exemplo pra gente ver a importância de ouvir a comunidade. Acredito que Sávio já esteja na coordenação das Audiências Públicas pra gente elencar o que o município pode ter de disponibilidade pra atender essas solicitações. E fora isso, o PPA também será construído com os programas em andamento. E aí, com base em todos esses levantamentos, a gente vai criar uma metodologia pra se estimar uma receita pra quatro exercícios, e a gente tem que ter critérios pra isso, não é assim, sem ter uma metodologia técnica, respeitando a legislação, que a gente vai estimar as possíveis receitas para aquele exercício, usando indicadores usando metas de inflação. E quando a gente estabelece a receita, que aqui em Patos para a LDO do próximo ano está prevista uma receita de quinhentos e setenta milhões de reais, que, no decorrer da elaboração do PPA, poderá sofrer modificações, por quê? Porque, como a gente vai elaborar o PPA, e chega ao orçamento, a gente também busca aqueles projetos que já foram encaminhados para alguns ministérios, através também das emendas parlamentares. Então, muitas vezes a gente elabora o orçamento, e ao longo da execução orçamentária surgem as emendas, e de vez em quando chega um projeto novo aqui pedido aqui, um crédito especial. Mas a gente sempre tem esse cuidado de solicitar ao Poder Executivo quais os projetos que já foram dados entrada nos Ministérios pleiteados através, pode ser através de contrato de convênios ou de emendas parlamentares, junto aos representantes da cidade de Patos. Quando eu digo representantes, são os parlamentares que representam a cidade de Patos; nós podemos ter convênios com o governo do estado, através da nossa deputada Francisca Motta, e podemos ter convênios, contratos de repasses, emendas especiais parlamentares do nosso deputado federal, agora Presidente da Câmara, Hugo Motta. O que eu quero dizer é que nós apresentamos uma LDO com valor estimado, tomando por base o orçamento que nós estamos executando hoje, a referência é o orçamento que nós estamos executando hoje; aplicamos um percentual de inflação em torno de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento. Então foi um valor estimado que nós encontramos para o orçamento do ano de dois e vinte e seis. Porém, eu já adianto que esse orçamento poderá sofrer modificações na receita. E depois,

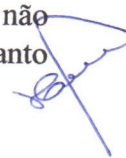


com base nesse estudo, com base nessas receitas, nós vamos fixar as despesas. As despesas devem ser fixadas também obedecendo o princípio da legalidade. A gente não pode inventar um orçamento, a gente não pode inventar receita, a gente precisa fazer um estudo, a gente levanta a série histórica dos três últimos exercícios de algumas receitas, aplicamos um índice de inflação. Nós também pegamos os programas em andamento, as receitas que estão em execução durante o exercício, fazemos a média aritmética, também prevemos essas receitas. E como já falei, nós também prevemos os recursos que a gente chama de transferências voluntárias, que são esses convênios. E aí nós vamos fixar as receitas através do que é previsto na legislação. E a gente vai destinar recursos para pagamento de pessoal, com base nesses levantamentos, a gente estabelece, fixa os encargos sociais. Nós temos instituto de previdência própria, a gente também fixa de acordo com as alíquotas que estão em vigor. Nós estabelecemos também a fixação das obrigações patronais junto ao INSS, nós estabelecemos recursos para aplicação em MDE - manutenção e desenvolvimento de ensino, no total de aplicação em torno de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais, vai depender da execução deste exercício; dos impostos e transferências constitucionais; fixamos também o índice da saúde, que é 15% (quinze por cento), também com base nos impostos e transferências; fixamos as despesas vinculadas à arrecadação do FUNDEB; vinculamos os programas da assistência social, da educação, através do FNDE; fixamos as despesas da saúde através do SUS. Enfim, depois que nós levantamos todas essas despesas com base na execução que está sendo realizada neste exercício, a gente vê que o recurso que tem de disponibilidade é muito pouco. Por isso que o gestor precisa ter habilidades para buscar recursos para incrementar a receita, porque os recursos, que já são ordinários, aquele que costumeiramente vem para o município, ele quase sempre é comprometido. Por isso essa necessidade de o gestor ser uma pessoa que vá buscar mais recursos, através de seus parlamentares. E aí nós elaboramos o PPA. Conseguimos fechar o PPA. E com base nesse PPA, nós já temos as metas, nós já temos as prioridades que foram eleitas. E aí a LDO pega essas metas e prioridades e estabelece as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. E o objetivo da Lei de Diretrizes, é justamente isso, dar o norteamento de como a Lei Orçamentária será elaborada, ali a gente tem vários anexos, nós temos um comparativo das metas que foram aplicadas no exercício anterior; ali nós temos as metas previstas para os três próximos exercícios, nós temos anexos de riscos fiscais, nós temos anexos de expansão e margem da despesa continuada, nós temos levantamentos do Instituto de Previdência, nós temos as metas que são prioritárias. E aqui quero fazer uma ênfase importante em relação a um programa que passou a ser prioridade no governo da gestão Nabor Wanderley, que é o programa da Primeira Infância. Todos devem saber, principalmente os senhores vereadores, que Patos é destaque na Paraíba, quicá nacionalmente, no programa Primeira Infância. E a partir de agora nessa LDO, os senhores irão verificar que existe um programa exclusivo para a Primeira Infância em Patos, e qual é a importância dele? A partir dessa LDO, ele passa a ser intersetorial, todas as unidades gestoras do município, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria do Meio Ambiente, além das que comumente aplicam seus recursos, como educação assistência social, a saúde, todos serão contemplados com o programa das primeira Infância. Então, a gente vai ter condições, através desse programa que será implementado a partir de agora, na LDO. Porque existiam ações pontuais, por exemplo, a educação já aplicava na educação infantil, que atendia a crianças de zero a seis anos. Assistência Social também faz um trabalho para aquelas crianças que vivem de forma precária. A saúde também faz um trabalho de acompanhamento desde a gestação, acompanhamento das crianças, mas




estava dentro da atenção básica da saúde e do tratamento especializado da saúde, mas não vinculava diretamente a um programa específico de Primeira Infância. E a partir de agora, que nós já enviamos também um crédito especial para este ano, nós já estamos conseguindo mensurar; o município já aplicava muitos recursos para a primeira infância, mas não tinha como mensurar, porque não tinha um programa específico, tinha uma ação específica. Inclusive, tinha um programa dentro do orçamento, mas sem aquele programa geral, que é o da Primeira Infância. Isso é algo interessante, inédito e Patos sai na frente em relação a essa situação. Eu já falei dos objetivos, eu já falei das secretarias, dos serviços que serão oferecidos, e eu quero falar aqui da responsabilidade fiscal que trata, porque foi a partir do momento da implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, com essas exigências de Audiências Públicas, com a exigência da publicação dos relatórios de execução orçamentária, com a exigência da publicação dos relatórios de gestão fiscal e dos anexos da LDO, esses que eu falei anteriormente, dos riscos fiscais, da expansão da despesa continuada, que passou a ser mais evidenciada a importância da LDO, que ela não era tão vista como importante nesse processo de execução orçamentária. E aí, meus queridos, depois de ser aprovada a LDO, que ela deve ser aprovada até o final do primeiro recesso da Câmara, veio a parte da elaboração da Lei Orçamentária Anual. A Lei Orçamentária Anual é a legislação em que o gestor se baseia para poder executar os seus projetos e as suas ações. E como eu já expliquei, ela segue o que está estabelecido naquela coluna do PPA. Então, na coluna de dois mil e vinte e seis do PPA, é que vai dar o norte para a elaboração da Lei Orçamentária Anual. E aquele mesmo aspecto que a gente falou da estimar as receitas e de fixar as despesas. Na Lei Orçamentária Anual a gente pode prever autorização para suplementação, que os senhores, às vezes, observam na Lei Orçamentária um percentual para suplementar. E eu quero aqui fazer um pequeno esclarecimento a respeito da suplementação, porque às vezes é má compreendida. Quando a gente manda um Projeto de Lei, pedindo mais percentual para suplementar, é porque a dotação que foi fixada no orçamento se torna insuficiente para a execução do orçamento naquele exercício. Eu vou citar um exemplo para ficar bem compreendido. Quando a gente vai estimar a receita da FUNDEB, nós agora vamos elaborar o orçamento, nós vamos estimar a receita do FUNDEB, nós pegamos a previsão da receita deste exercício, porque nós não temos condições de prever o FUNDEB do ano que vem, porque o FUNDEB é estimado, é previsto de acordo com a matrícula. Então, se houver um incremento na matrícula, aquele FUNDEB vai crescer. Se o município aplicar as condicionalidades para receber o recurso do VAAR, então, no ano seguinte, o município vai ser contemplado com mais recurso no VAAR; da mesma forma no VAAT. Então, quando a gente manda o orçamento, a gente toma por base a receita daquele exercício em que está sendo elaborada as LOA, chega o próximo ano, há um incremento na receita do FUNDEB; vamos dizer se a gente previu dois milhões de reais para o FUNDEB, passou a arrecadar, naquele exercício, dois milhões e meio, só que nós tínhamos previsto dois milhões. E aí a gente teve quinhentos a mais, que a gente chama de excesso de arrecadação. Aquele percentual que foi autorizado na Lei Orçamentária, vai ter necessidade de aumentar, porque nós vamos ter que suplementar aquelas dotações que já estão contempladas no orçamento. E aí a gente usa a fonte de recurso: excesso de arrecadação. Por isso essa necessidade de ter a suplementação. Muitas vezes a gente escuta, um ou outro dizendo: 'Isso é falta de planejamento'. Não é falta de planejamento. Por exemplo, recursos de emendas parlamentares, nem sempre a gente consegue a previsão desses recursos, é durante a execução do orçamento que eles surgem. Agora não, talvez a gente tenha mais condições de prever, depois daquela interferência do Ministro

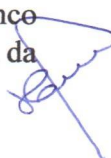
do Supremo, que passou a exigir o Plano de Trabalho da Emendas Parlamentares. Mas até então, a gente que trabalha nessa área, está Ranieri aí, que também é colega contador, ele sabe que essas emendas parlamentares surgem sem a gente saber, dentro do orçamento. E nós temos que mandar para a Câmara, porque é uma fonte diferenciada. E o que é que nós temos que ter cuidado quando nós vamos elaborar uma peça orçamentária? Nós temos que elaborar uma peça orçamentária real, uma peça orçamentária que retrata o município, uma peça orçamentária que não seja copiada, colada, como a gente vê por aí. Essa peça orçamentária tem que representar a gestão, tem que representar o plano de governo da gestão, tem que representar os anseios da sociedade, porque, ao final, o gestor poderá mostrar que fez um bom planejamento, e que executou o que a população pediu. Por isso que a gente tem que ter cuidado quando a gente vai elaborar uma peça orçamentária, a gente não pode elaborar uma peça de todo jeito. Nós temos que fazer estudos, a gente tem que identificar problemas, nós temos que identificar indicadores, nós temos que estabelecer metas, e a gente sempre tem a ajuda dos secretários. Os secretários do município também contribuem muito para a elaboração dessas peças. E elas são fundamentais, porque a partir do momento que essas peças entram em vigor, aí vem a fiscalização dos órgãos de controle. O Tribunal de Contas passa a fiscalizar todas as ações, a aplicação dos recursos, se estão atingindo aquelas metas que foram fixadas, se estão atingindo os índices constitucionais, se estão atingindo os índices da Lei de Responsabilidade Fiscal. E a gente só vai poder saber de fato se foi uma gestão eficiente, se, ao final, atender todos esses parâmetros, e ter a conta aprovada pela Tribunal de Contas. Só para vocês sentirem a importância do que são esses instrumentos de planejamento. E resumidamente, era isso que eu tinha para falar. Patos segue a Constituição, existem algumas Leis Orgânicas que modificaram o envio para o prazo do PPA e da LOA, então Patos receberá o PPA, em trinta e um de agosto, acompanhado da Lei Orçamentaria Anual para 2026, e também acompanhado das alterações dessa LDO, que os senhores vão analisar, porque a partir da elaboração do PPA é que nós vamos encaminhar as metas e as prioridades. E eu vou esclarecer aqui, rapidinho, talvez algum vereador que não tenha essa habilidade ainda, que está começando, o que são essas metas e essas prioridades. São todos os gastos, todas as ações que o município vai executar, por exemplo, gabinete do prefeito, vai estar lá a unidade orçamentaria: manutenção do gabinete do prefeito; vai ter as ações lá da Secretaria de Educação, aí, detalhadamente, vai estar lá tudo que a educação vai executar naquele exercício: as escolas que pretende construir, aquisição de merenda, transporte escolar, manutenção do FUNDEB, manutenção do MDE; do mesmo jeito a saúde. Então lá vai vim detalhadamente qual fonte de recurso, e os senhores vão poder avaliar, e também vai ter o percentual da reserva de contingência para a aplicação das emendas impositivas, de acordo com o que já foi previsto, que os senhores alteraram a Lei Orgânica do município. Então, os senhores verão tudo isso quando nós encaminharmos o PPA, a LOA para 2026, e as modificações da LDO, também para 2026. E aqui eu encerro a minha fala, e estou à disposição para tirar alguma dúvida, se for necessário". Com a palavra, a **Vereadora Nadigerlane Rodrigues** disse: "Eu quero apenas cumprimentar a grande mulher que para nós é uma referência para nós, Clair leitão. Não só para Patos, mas tenho certeza para a Paraíba, e porque não dizer para o nosso país. Dizer do orgulho que é para mim, saber que Clair faz parte da minha história, enquanto gestora tive o privilégio de ter Clair como nossa contadora. E sempre nos orientava para o lado do bem, o lado da lei, para que cumpríssemos de fato o que manda a lei. E Clair, dizer que lamento o fato de você não ter se tornado conselheira do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Você sabe o quanto



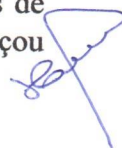
nós torcíamos por isso, inclusive a Câmara Municipal aprovou uma moção de aplausos e de apoio à sua candidatura, porque a gente sabe o quanto seria importante, não só para Patos, mais para a Paraíba, ter você com um assento no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, que era algo que, com certeza, iria contribuir muito com aquele órgão, que é muito respeitado. E com certeza, ele se tornaria muito mais respeitado com essa grande mulher. Então, somente parabenizar a você. Eu estava até aqui, agora, prestando atenção à sua fala, e cada ano a gente aprende um pouco mais em relação a isso. Então, parabéns! Obrigada pela explicação, e obrigada por contribuir tanto com a nossa cidade. Você está fazendo parte, mais uma vez, da gestão do Prefeito Nabor, essa gestão que a gente sabe que tem compromisso com a cidade de Patos, que faz essa cidade de fato crescer. Patos, com Nabor, a realidade é bem diferente, a gente ver os avanços. Nabor está no seu quarto mandato, e aqui eu parabenizo a todos os secretários, porque eu sei que sozinho ele não consegue fazer nada. Essa equipe de força, essa equipe de trabalho, tem feito toda uma diferença na cidade de Patos. Eu tive a oportunidade de ser Secretária Adjunta de Saúde no município de Patos, e sei o quanto Nabor escolhe a dedo as pessoas que estarão do lado dele, administrando essa cidade. E eu fico feliz em ver os avanços de vocês, juntamente com Nabor, têm conseguido para a nossa cidade. Então, parabéns Clair! Parabéns a todos os secretários!”. Com a palavra, a Senhora **Clair Leitão** disse: “Agradeço, Nadir, as suas palavras. Fiquei muito lisonjeada com aquela iniciativa que você teve, de me apoiar quando eu estava candidata a conselheira do Tribunal de Contas. Isso é um sonho, eu acredito que todos os senhores e senhoras, que estão aqui, sonharam em estar nessas cadeiras, representando o povo, sendo a voz do povo. Eu queria a voz dos municípios naquele Tribunal de Contas, porque eu milito na área contábil. Eu iniciei, estar aqui o meu colega, no escritório do pai dele, Raimundo Dóia, a quem eu sou muito grata por iniciar as minhas primeiras orientações e aulas da contabilidade pública. E lá eu tracei uma história, uma trajetória, e não tenho vergonha de dizer que foi árdua, enfrentei preconceitos, mas galguei. O meu sonho era chegar a ser contadora da minha cidade, e quando eu recebi o convite de Nabor Wanderley para ser contadora de Patos, nem eu acreditei que eu chegaria a isso. E quando nós assumimos a Prefeitura, em dois mil e cinco, o orçamento de Patos era trinta e cinco milhões de reais. E eu tenho um orgulho grande, que no último dia do mandato de Nabor, nós estávamos fechando o balanço na Prefeitura, no segundo mandato dele, ele me deu um quadro dele, e colocou uma frase: ‘Você fez parte dessa história, do crescimento de Patos’, porque nos oito anos de mandato, da gestão de Nabor, Patos deu um pulo de desenvolvimento grande, a gente sabe disso, quem é patoense sabe disso. Isso é uma coisa que não se pode negar. E eu, a nossa equipe, o meu escritório, a gente colaborou com isso. E vivenciando os problemas dos municípios, nesses quarenta anos, eu acho que eu como contadora, porque o nome já diz assim, Tribunal de Contas, era para ter um conselheiro ou uma conselheira contadora ali, julgando e analisando aquelas contas, e usando também da sensibilidade, porque, muitas vezes, a gente tem que entender que os problemas nascem no município. Eu sou casada com um ex-prefeito, e quantas vezes na porta do meu quarto, a batida: ‘fulano, meu marido está aqui passando mal’, e agente ter que sair correndo para poder atender, e é assim que os prefeitos das cidades vivem, atendendo o povo, olho no olho, cara a cara. E se eu estivesse do lado de lá, que eu estou do lado de cá, eu iria enxergar, é claro, dentro da legalidade, mas eu ia colaborar e ajudar os municípios, e ajudar a sociedade também, contribuindo para que os recursos fossem corretamente aplicados. Foi uma luta, eu acho que foi uma luta bonita, recebi muitos elogios, mas como eu falei lá na minha publicação, eu não desisti, eu ainda vou continuar lutando, quem sabe um dia eu chego lá. Mas



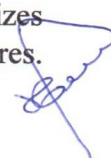
agradeço”. Obrigada”. Com a palavra, a **Vereadora Brenna Nóbrega** disse: “Clair, só para dizer da satisfação em tê-la aqui nesta Casa. É a primeira vez que eu estou vendo mesmo você, mas desde antes já ouvia falar, porque eu sou de Piancó, e você foi contadora em Piancó, ainda é. E de outras gestões. Para você ver que, mesmo uma pessoa técnica, de conhecimento ímpar, que passa as gestões e você ainda continuar por lá. Então, para mim, é um motivo de satisfação vê-la. Sua história é inspiradora, acompanhei, mesmo de longe, no tempo que você estava gestante, torcia, porque naquele mesmo tempo eu também estava gestante. Então, seja sempre bem-vinda aqui. E hoje nós estamos tendo a oportunidade de ter uma aula com uma das maiores contadoras da Paraíba; não só da Paraíba, mas como disse minha amiga Nadir, do Brasil. Então, seja muito bem-vinda, esta casa é sua”. Com a palavra, a Senhora **Clair Leitão** disse: “Obrigada, muito obrigada. E quero dizer que eu estou sempre à disposição dos senhores. Qualquer dúvida, quando chegarem aqui os documentos, se vocês não compreenderem, podem me chamar, podem chamar Joelma, que é a minha contadora, porque como eu não estou residindo em Patos atualmente, mas toda semana estou em Patos, a sede do escritório é aqui, mas eu tenho uma sala em João Pessoa, moro no meio do caminho, moro em São Miguel do Taipu, mas Joelma está aqui, atenta, conferindo tudo, trabalhando todos os dias para Patos. E a gente é um contato permanente. Então pode procurar Joelma, não encontrando, me procure, me convide, me chame, que eu tiro dúvida; aquilo que eu não souber, eu vou atrás para saber, porque a gente não é conhecedor de tudo na vida. Mas estou à disposição, porque eu também trabalho muito com outras prefeituras nessa Paraíba a fora. Mas podem contar sempre comigo, qualquer dúvida que vocês tiverem. Se quiserem modificar, se quiserem corrigir, alterar, é só falar que a gente escuta e atender aos anseios dos senhores e das senhoras. Então, eu só tenho a agradecer por essa oportunidade, e espero que eu tenha deixado uma mensagem que seja importante no trabalho dos senhores e das senhoras. Muito obrigada”. Com a palavra, o senhor **Marcos Antônio**, Secretário da Receita, disse: “Boa noite a todos, boa noite presidente Tide, a quem eu saúdo todos os demais vereadores e vereadoras. Boa noite a todos que estão aqui no auditório Dona Milindra. E inicialmente Tide, eu agradeço mais uma vez o convite de estar aqui representando a Secretaria de Receita nesta Casa. E depois dessa aula de direito financeiro aqui, ministrado por Clair, seis meses de cadeia que paguei na faculdade, estive aqui em torno de quanta minutos, resumindo. Parabéns, Clair, pela explanação. Acredito que foi bastante clara a sua fala aqui, você nos trouxe detalhes de uma forma que deu para a população, que não é da área, entender o que trata a LDO, foi bastante didática a forma que você explanou. E aqui, eu venho como parceiro da contabilidade, a Secretaria de Receita, que tem que ser encarada não como uma secretaria que só faz arrecadar, que, como dizem algumas pessoas, só falta colocar a faca no pescoço das pessoas arrecadar, e não é bem assim. O papel da secretária de receita vai além disso. Hoje estamos aqui debatendo a LDO, esse instrumento legal que traz como carro chefe, ações concretas para a população, dentro da legalidade. Então, a Secretaria de Receita vem justamente ajudar nessa proposta orçamentária, de forma realista, trazer aqui, de forma responsável, e mostrar a capacidade de arrecadação do nosso município. Como um dado que me orgulha em trazer aqui para vocês, pegamos uma Secretaria de Receita, no ano finalzinho de dois mil e vinte e três, e no ano de dois mil e vinte e quatro, tivemos um crescimento de receita de 35% (trinta e cinco por cento). Então, a gente, trabalhando de forma responsável, tivemos uma arrecadação, em dois mil e vinte e três, de vinte e oito milhões, e, no ano de dois mil e vinte e quatro, pulamos para trinta e oito milhões, um crescimento de 35% (trinta e cinco por cento). Isso aqui é um dado que eu trago não apenas para mostrar a importância da



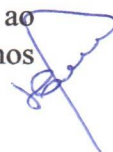
secretaria, para mostrar a importância de se debater aqui a LDO. Porque esse dado vai servir para a contabilidade criar sua base de receita, juntamente com as despesas, pra saber realmente a capacidade financeira do município, a capacidade de indevidamente do município, que isso é muito importante para atrair novos recursos para o município, até pra fazer empréstimos, caso seja necessário, pra construir uma grande obra, algo desse tipo. Então, assim, essa estimativa da Receita, Clair, eu acredito que seja um dos pilares da LDO, porque sem receita não existe orçamento, sem receita não existe serviço público. Então, eu venho aqui, mais uma vez, no uso da tribuna, e queria que o nosso auditório estivesse repleto de pessoas para entender a importância dessa audiência pública, porque não é apenas para debater a questão de legalidade, mas é também para debater os anseios da sociedade. O que a sociedade precisa nesse momento, como bem exemplificou aqui Clair, com essa questão do ginásio, que naquela cidade não era uma prioridade e, por falta de uma consulta pública, e talvez, Clair, seja esse o sentido do Tribunal de Contas está abrindo alertas pra os municípios realizar esse tipo de audiência. Porque, se eu não estiver enganado, é a primeira vez que acontece Audiência Pública em relação a LDO. Antes a gente só fazia em relação a LOA, e agora é mais um instrumento que a população vem receber como uma forma de participação popular. Então, quando é apresentado, e eu aqui já agradeço a esta Casa pela aprovação dos Projetos que são encaminhados com relação a questão tributária do nosso município, e que vocês são sempre bem receptivos quanto a isso, mas todos os Projetos que a gente encaminha pra cá são também baseados na LDO, porque se trata muitas vezes de renúncia de receita. Então não é porque é uma lei que deva ser aprovada, antes existe algo que irá pautá-la, que é a LDO, que é a LOA. Porque se a gente não fizer política fiscal com responsabilidade, baseada na legalidade, na eficiência, a agente não consegue cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então isso é muito importante, ter a LDO como um instrumento, não só de planejamento, a médio e longo prazo, mas também como um instrumento para ser utilizado na aprovação de outras legislações que irão chegar aqui nesta Casa. E como estou agora à frente da Secretaria de Receita, eu já deixo aqui a minha disponibilidade, a disponibilidade da minha equipe de auditores, pra todas as vezes que tiver pautado Projeto que diga respeito a arrecadação tributária de Patos, pode nos convidar que será um prazer vim trazer aqui para os senhores e as senhoras os esclarecimentos necessários. A gente sabe que não é fácil entender de direito financeiro, direito tributário, são matérias que geralmente não fazem parte de nosso dia a dia, não é tão comum, e gera muita dúvida, principalmente quando se trata de recursos. A Secretaria de Receita, hoje, caminha não só ao lado aqui de vocês, como também com a Secretaria de Finanças. E o Prefeito Nabor foi bastante feliz quando, no início de sua gestão, do terceiro mandato, ter desmembrado Receita de Finanças, cada um dentro do seu quadrado; um arrecada, outro gasta; outro gasta, outro arrecada. Porque no porte que hoje se encontra Patos, não era mais concebido ter uma única secretaria voltada a essas duas atividades de cunho extremamente essencial. Então, aqui, para finalizar minha fala, eu vejo que a LDO, pela explanação que Clair fez e pela leitura que eu fiz também dela, antes de vim pra cá, ela contempla medidas que melhoram a arrecadação fiscal. E isso é bastante importante, seja através de uma administração tributária moderna, seja através de uma administração tributária pautada na realidade. Estivemos aqui, há quinze dias, com o fórum de combate a corrupção, onde a auditora externa do Tribunal de Contas do Estado, Cris, elogiou muito a administração tributária de Patos. Ela disse que nós somos referência para o estado. Até porque lá no Tribunal de Contas vai fiscalizar também receita. Então ela citou que Patos hoje é referência nos seus instrumentos de arrecadação, e isso nos deixa muito felizes. E isso mostra porque Patos alcançou



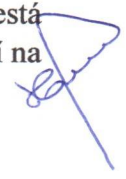
recentemente o primeiro lugar no IPS, que é o índice que mostra o aumento da qualidade de vida no interior do Nordeste. Nós ficamos à frente de municípios que eram referência, como, por exemplo, Sobral, no Ceará. Então isso mostra essa sementinha que foi plantada lá em dois e mil e cinco, no início da gestão de Nabor, que ele criou o FISCO, em dois mil e seis, e hoje a gente está colhendo esses frutos, porque a qualidade de vida está atrelada diretamente a serviços públicos de qualidade. Então é ampliando essa base tributária, é tributando as pessoas com responsabilidade fiscal, é tributando as pessoas com educação, que a gente vai conseguir cada vez mais ter uma cidade melhor para a presente e futura geração. Então eu agradeço mais uma vez a essa Casa, pela oportunidade de estar aqui, trazendo esses resultados positivos da Secretaria de Receita, nos últimos dois anos, e dizer também que nós estamos aqui dispostos a contribuir, sobretudo, no combate à sonegação fiscal, no combate à evasão de tributos do município, porque hoje a gente fiscaliza não só aqueles contribuintes diretos, mas a gente também realiza um trabalho, Clair, junto até o ICMS, fiscalizando, fazendo o trabalho até do auditor só estado, porque se o ICMS não vai bem, os repasses também não vai bem. Então, a partir do momento que a gente realiza esse trabalho junto com o Fisco Estadual, Tide, a gente também aumenta a receita. Então o meu muito obrigado, agradeço aqui a atenção de vocês e mais uma vez me coloco à disposição". Com a palavra, a **Vereadora Maria de Fátima** disse: "Eu quero aqui parabenizar Clair. Esperei a oportunidade de falar, pelo desempenho que você tem com o nosso município. É muito importante pra nossa cidade ter uma pessoa como você, que a gente ver que é de grande responsabilidade. Então é o dinheiro do povo, é o dinheiro do município que está em jogo, então está em boas mãos. Quero aqui agradecer a Marquinho, secretário de Finanças. E sempre eu digo, Marquinhos, hoje as finanças de Patos, a receita, principalmente, está em boas mãos. É muito transparente o seu trabalho. E onde você vai, você sempre prega o compromisso com a nossa cidade, o compromisso com o nosso povo e, principalmente, com o município em relação ao prefeito da cidade de Patos. Então, obrigada por você ser uma pessoa de grande responsabilidade. A gente fica tranquilo em saber que a Secretaria de Receita está em boas mãos. Continue assim e seja essa pessoa transparente, que isso, eu tenho certeza, que a gente sempre vai estar no topo, principalmente com as pessoas como vocês aí, os profissionais que são responsáveis. Obrigada a vocês". Atendendo convite da Senhora Presidente, fez uso da palavra o secretário **Sávio Salvador**, que disse: "Boa noite a todos e todas. Boa noite, presidente Tide, Maikon Minervino, Décio Motos, Júnior Contigo, Vereadora Nega Fofa, Vereador Jônatas Kaiky, Vereadora Fatinha Bocão, Nadir, Lúcia de Chica Mota, Rafael da Civil. É com grande alegria que a gente volta a esta Casa, mas agora vivendo um novo momento, em um espaço de debate, como disse Marquinhos agora a pouco. O secretário Marcos, falando sobre o espaço que agora a gente precisa ter como população, para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentária. Como disse Marquinhos, eu tive uma aula de seis meses, um ano, em poucos minutos. E eu fico muito feliz todas as vezes que eu preciso tá junto de Clair e começo a ouvir novamente e começo a aprender de novo. É bem assim, não é dessa forma, porque a gente acha que é, um pouco diferente, e o detalhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias pra gente é muito importante, e ser falado sobre isso nessa audiência pública, Joelma, como eu vinha lhe dizendo ali, eu disse: eu gosto de ouvir Clair, porque eu sempre aprendo mais, eu sempre entendo mais. Apesar de não saber muito, mas a gente vai crescendo dia após dia. E recebi com felicidade, ontem, o convite da Câmara, da nossa presidente, pra gente estar falando um pouco do que o Poder Executivo vem fazendo pra acertar ainda mais a Lei de Diretrizes Orçamentárias do município e como é que a gente tem feito as nossas escutas populares."




Muitos sabem, mas a gente aproveita pra falar e dar boa noite a quem está nos assistindo nas redes sociais, mas a população vem acompanhando, há quatro anos, o crescimento e o trabalho que vem sendo feito através do orçamento participativo. E com isso, a gente sabe que a importância de ouvir a população pra acertar ainda mais nos investimentos que o Poder Executivo vem fazendo, ano após ano, na população, tanto é que os números exatos eles são gigantescos. Hoje o cuidado que a gente precisa ter na escuta popular pra fazer com que a gente acerte ainda mais, o tempo que a gente investe e todo o recurso que a gente vai colocar nas ações do município, nas suas obras e nos seus programas, foi o crescimento, Clair, de quando você assumiu, com trinta e sete milhões, e hoje a nossa previsão orçamentária chega a quinhentos e setenta e nove milhões. Quer dizer, eu acredito que isso ainda passe e muito, porque é uma previsão orçamentária. E me faziam algumas perguntas, porque nós começamos todo o ano, a Câmara já sabe disso, que começamos a escuta popular, começamos o orçamento participativo do município de Patos escutando as crianças do nosso município da primeira infância e, depois, um pouco mais de idade. Este ano não foi diferente, já determinado pelo prefeito Nabor, trabalhando em conjunto com a secretária Helena Wanderley, o secretário Leônidas e tantos outros, que é uma ação de todas as secretarias, a gente faz essa escuta qualificada das crianças, elas mostrando o que elas querem para o hoje e pra o futuro delas. Clair toda vez que ver um relatório, ela assiste as imagens, ela chega pra mim e fala: 'Sávio, eu preciso levar isso pra todos os lugares'. E a gente tem tentado ajudar e incentivar junto a outros municípios, pra que eles possam também executar isso, porque o marco legal da primeira infância, uma lei do nosso país, determina que a gente escute a criança para hoje e pro futuro dela. E logo em seguida, nós recebemos, já esse ano, aqui na cidade de Patos, a caravana nacional de juventude, e nesses dois dias, da caravana nacional da juventude, nós recebemos o secretário nacional de juventude, Ronald Sorriso, o secretário do governo do estado, Pedro Matias, de juventude também, o secretário Wlisses, também comandou toda a montagem dessa estrutura, que veio do governo federal pra cá, junto com o prefeito Nabor, dando atenção direta pra isso. E nós aproveitamos o momento da caravana nacional da juventude, onde nós recebemos mais de seiscentos jovens, nesses dois dias, e recebemos também quase cem gestores, secretários, coordenadores de juventudes de municípios diferentes, e aí teve também esse debate direto do Ministro da juventude, para as pessoas entenderem o que o Ronald, para escutar os municípios. E ao mesmo tempo que municípios participaram de palestras, nós aproveitamos, no segundo dia, e trouxemos Júnior Caroé, que é o secretário do Orçamento Democrático Estadual, e criamos na cidade, foi a primeira vez que orçamento democrático estadual e o orçamento participativo fez o mecanismo de escuta popular totalmente voltado pra juventude, para que a juventude pudesse falar o que eles querem. E aí tiveram a oportunidade, inclusive, de ir para a tribuna, não só preencher um formulário que nós montamos e apresentamos a eles. A base desse formulário a gente tira por algumas coisa mais genéricas precisam ser colocados dentro da LDO e, além disso, a gente deixa em aberto ao que eles querem lá dentro da rua deles, da comunidade ou no bairro, ou na cidade como um todo, para que os seus sonhos, através do orçamento municipal, possam vir a ser realizados, mas de forma coletiva, na maioria das vezes. E aí a gente fez essa explanação inicial para que eles pudessem também dar as opiniões e acertar na construção do seu questionamento. Mais do que isso, também o secretário Wlisses, junto com Amanda, da secretaria de juventude do Estado, o próprio Pedro Matias, eles andaram em várias escolas do município, levando justamente a notícia da caravana da juventude, o convite, mais, ao mesmo tempo, colhendo a opinião desses jovens estudante, para que pudéssemos



aproveitar na construção orçamentária do município e também através do link da Prefeitura, no site da Prefeitura, e nós deixamos abertos lá, por algum tempo. Todo esse trabalho que a gente vem desenvolvendo todos esses anos, desde que a gente assumiu a Articulação Social, e, hoje, ela está Como Relações Institucionais, a secretaria que a gente representa hoje, no comando do prefeito Nabor Wanderley, tem nos feito entender que a população quer participar ainda mais, ela que estar presente ainda mais. Eu sinto apenas que muitas vezes a gente não consegue encher aqui, secretário Marcos, e acredito que os vereadores sentem isso mais do que a gente, porque estão aqui toda semana, e muitos param para nos assistir e pedem o link: 'qual é o link da Câmara de Vereadores?', aí começam a debater diretamente com eles. Essa é a vantagem de eles serem esse agente receptou dessas informações privilegiadas para que a gente possa trabalhar a nossa Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual e o próprio Plano Plurianual. Eu vou aproveitar também esse momento, presidente, pedir a licença de vocês, porque tudo que a gente vem fazendo, e desde que eu foi convidado pelo prefeito Nabor para estar secretário desta cidade, uma das coisas que me emociona um pouco, foi a partida do meu amigo pessoal, Segundo, que era um grande secretário de Planejamento de governos anteriores, Secretário de Saúde, no governo anterior, que ele participou de Francisca, Vereador desta Casa, que a gente teve um orgulho muito, veio pra junto com vocês, mas ao mesmo tempo Nabor o convocou pra uma luta, que era uma luta muito dura, que todos nós enfrentamos de frente, que foi o Covid, e, Segundo me mostrou um pouco o que era a história do planejamento, ele me ensinou um pouco de como a gente trabalhar, isso pré-campanha, onde, pra mim, seria o natural coordenador e, depois, fez como Nabor me convidasse pra ir para aquela coordenação. E depois disso, na campanha de vereador teve logrou êxito, como vocês tiveram, mas foi pra frente de batalha e ali, trabalhando a LDO, trabalhando a PPA, a gente combinou de juntos montar o orçamento participativo, chamados pelo prefeito, no gabinete. E eu lembro como se fosse hoje, Segundo internado, e eu brinco, a nossa militância, os nossos secretários, todo mundo e uma pancada muito grande e, assustados, porque ele estava internado, e nós começamos o orçamento participativo do primeiro ano do governo Nabor, justamente pra poder honrar todo planejamento que ele nos ensinava, e tudo que ele trabalhava e, inclusive, tudo o que ele deixou já plantado dentro da saúde do município. Eu conversava com Leônidas, várias vezes sobre isso, mas hoje, especificamente, eu conversava sobre isso com ele, e ele dizia: 'Sávio, a maior parte do planejamento que foi deixado na saúde do município foi construído juntamente com Segundo'. E eu só faço isso porque eu gostaria de usar esse momento pra poder agradecer a todos vocês vereadores, a todos vocês fazem parte do poder público e trabalham diretamente na Prefeitura de Patos, porque eu sei que não é fácil enfrentar o dia a dia, porque a gente pra rua, a gente tem contato, a gente conversa e tudo que a gente faz, a gente faz com lisura, com clareza, mas sempre tem um risco. E o nosso irmão Segundo se foi, mas ele deixou um legado, e ano que vem, se Deus quiser, a gente está entregando o complexo de saúde Segundo Eisenhower, que foi também uma idealização do prefeito Nabor e o trabalho de todos vocês aqui, com emendas, com a visualização, arrecadação e todo trabalho desenvolvido. Eu também estou muito emotivo porque ontem fez um ano minha ex-sogra faleceu, e de longe eu tive que mandar um abraço a minha família, de estar longe de mim, de Yasmim, mas é um momento que a gente reflete todas as ações que a gente precisa deixar para o futuro, o que a gente faz hoje. Então esse é o chamamento que Nabor faz, o que a gente quer? O que nós estamos plantando aqui pra o futuro? Nossas crianças, desde do seu nascituro, a gente está cuidando delas. Está aí previsto na LDO, o ensinamento, melhorias nas metas, está aí na

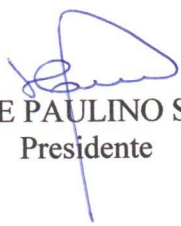


LDO, a questão da saúde pública, de cuidar dos nossos recursos, dos investimentos, da ampliação disso, porque quando vier a Lei Orçamentária Anual, nós vamos detalhar todas as despesas. E nesse detalhamento, a gente vai ter o cuidado com bem-estar animal, nós vamos ter construção de novas UBS, nós vamos ter ampliação total de muitas coisas dentro da saúde, e a gente sabe disso, o prefeito sabe disso e vocês. Então eu quero apenas agradecer esse espaço, Presidente, e dizer muito obrigado. O ano passado eu me despedi, a senhora lembra disso, mas esse ano agradeço por estar de volta, junto com vocês, e o que for necessário, a gente vai continuar construindo. E só pra aproveitar, a partir de segunda, o link do PPA, do orçamento participativo e da Lei Orçamentária Anual vai estar do site da Prefeitura, para que todos possam acessar, e a partir daí, distribuir também, de forma presencial, o formulário, em todos os pontos públicos da cidade e nas associações urbanas e rurais e com os presidentes de conselhos, para que eles possam também falar com o povo deles e trazer a opiniões. Muito obrigado". A Senhora Presidente disse: "Diante de todos aqui, eu chamo atenção de nós vereadores sobre a importância dessa Audiência Pública, uma vez que Joelma me ligava e me dizia que é obrigatório essa Audiência. Então, Joelma, eu vejo aqui o tamanho da nossa responsabilidade, diante das três peças orçamentárias, Fatinha. Nós temos a LDO, que é pra definir metas fiscais, principalmente, do nosso município; o PPA, que é Plano Plurianual, que esse é o ano que condiz a quatros anos seguintes, três anos do governo atual e mais um ano da nova legislatura. Olhe o tamanho da nossa responsabilidade. E também nós vamos ter a Lei de Orçamento Anual, a LOA. Então as três peças, a LDO, PPA e a LOA, olha o tamanho da nossa responsabilidade diante do nosso município, que hoje foi uma aula que Clair veio nos dizer o que é uma LDO, que nós vamos votar daqui a poucos dias. Nós entraremos de recesso dia vinte, agora no mês de junho, e é um Projeto grandioso, uma LDO, Fatinha, que nós temos que votar até o dia dezessete, já que dia dezenove é feriado de Corpus Criste. Então quem não veio pra esta audiência, ela não tem o tamanho da importância que hoje não teve conhecimento dela que é, pra que a gente possa votar e votar com sabedoria, o que é que estou fazendo? Essa LDO é apenas um Projeto comum? Não é, não é um Projeto comum, porque a contabilidade juntamente com toda finança e receita do município trabalham em cima disso, de dados, não é simplesmente um factóide. Então eu estou diante de Joelma, do nosso contador Ranieri, que sempre nós temos dúvidas eu recorro a Joelma, Ranieri é quase todos os dias, e quero aqui agradecer o nosso companheirismo, a nossa missão aqui nesta Casa de caminharmos juntos, o nosso planejamento dia a dia, e a sua importância, Ranieri, diante de tudo aqui, para que as coisa realmente sempre deem certo, por que nós temos planejamento e temos essa parceria de trabalhar juntos. O quanto isso é importante. Eu não tenho tanto contato com Clair, mas com Joelma sim Joelma é essa profissional atuante, competente, que, às vezes, eu ligo pra ela, à noite, e ela ainda trabalhando. Então, Clair, você tem realmente uma mulher de fibra diante do seu escritório, uma mulher que realmente sabe o faz. Então quero dizer aqui a todos a importância dessa LDO, que nós vamos votar daqui a poucos dias. Então a LDO ela já está com todos os pareceres, aguardando apenas o dia de votar. Mas nós vamos votar sabendo o que temos a fazer, e saber da nossa importância e da nossa responsabilidade. Então, quando nós formos votar, o vereador que questionar, que não veio pra sessão, infelizmente ele não ter vai o conhecimento do que foi a discussão de hoje. E foi importante também outra coisa o Tribunal de Contas exigir, que, na verdade, quando ele exige, quando ele obriga, a gente cumpre. Então esta audiência da LDO será também fixada todos os anos, como também da LOA. Então é importante hoje demais, Clair, a sua explanação, pra que a gente tenha mais conhecimento o que é a LDO". Com



a palavra, a **Vereadora Marilucia Lira** disse: “Queria agradecer, agradecer a Clair, a Marquinho, por essa aula, por nós que estamos aqui no primeiro mandato, foi uma grande aula, um grande ensinamento. Aprendi muito coisas que eu tinha dúvida, você me tirou aqui, você e Marquinhos. Quero agradecer por você ter dedicado esse tempo pra nos dar essa aula tão importante para o nosso município, para que a gente entenda essas leis, para que possamos cobrá-las. Agradeço a todos vocês por estarem aqui. Sejam sempre bem-vindos!”. Com a palavra, a **Vereadora Maria de Fátima** disse: “Eu não poderia deixar também de parabenizar aqui o nosso secretário Sávio Salvador. Foi muito bom, muito esclarecido o que o senhor veio nos transmitir, uma mensagem que a gente não estava sabendo, e agora foi esclarecido muita coisa, foi muito bem produtiva. Então, muito obrigada. Seja sempre bem-vindo, e sempre que a gente tiver dúvida, a gente, com certeza, vai lhe procurar. Seja bem-vindo! E como também a colega aí, como Tide disse é a salvadora da pátria, viu Clair. E também Ranieri. Obrigada pela a presença de vocês”. Com a palavra, o **Vereador Jônatas Kaiky** disse: “Senhora Presidente, quero também, na oportunidade, agradecer a presença de Clair. Já escutei falar muito sobre a senhora. Eu estou conhecendo agora pessoalmente. Dizer que a gente aprendeu muito nessa aula aqui, sobre a Lei Orçamentária Anual. Agradecer também a Marquinhos, por sempre está presente, sempre está nos explicando e escutando. E ao amigo Sávio Salvador, por essa escuta popular, essa participação. Dizer pra gente, Clair, que estamos no primeiro mandato, é importante demais essa Audiência Pública, para que possamos cada vez mais aprender, possamos conhecer o que vamos votar e o que vamos tratar. São momentos como esses, momentos de escuta, momentos de conversa, que vocês podem nos explicar tudo isso que vamos fazer. Então agradecer a todos e voltem sempre para esta Casa. Obrigado”. Nada havendo mais a tratar agradecendo a presença de todos, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente Audiência Pública, às vinte horas e dezenove minutos.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA. Patos-PB, em 04 de junho de 2025.



VALTIDE PAULINO SANTOS
Presidente



MARCO CÉSAR SOUZA SIQUEIRA
1º Secretário “Ad hoc”



RAFAEL GOMES DANTAS
2º Secretário “Ad hoc”